



Reforma do Estatuto Social alteração de endereço da sede
administrativa do Instituto Diamantes- Capítulo I - Da
Denominação, Sede e Fins, Artigo 2º. Em 08.11.2024

12 MAI 2025

INSTITUTO DE DIAMANTES – (ID)

ESTATUTO SOCIAL

REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA
REGISTRO/AVERBAÇÃO
4 3 6 7 9 - 8 - -

Capítulo I - Da Denominação, Sede E Fins

Artigo 1º - O **INSTITUTO DIAMANTES** com a sigla **ID**, foi constituído em 16 de setembro de 2006, com CNPJ.: 08.908.965/000199, registrado no Livro A-14 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, microfilmado sob o nº 22601, no cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas jurídicas, em Salvador- Bahia, foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e que consta do processo MJ nº 08001.006099/2007-30, conforme Despacho do Secretário Nacional de Justiça, de 24 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial da União Nº 172, 5 de setembro de 2007, pág.25, seção 1, é uma associação civil de interesse público, de direito privado, de caráter social, assistencial, educacional, esportivo e cultural, como personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não responderão solidariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Parágrafo Único - O **INSTITUTO DIAMANTES** poderá adotar os seguintes nomes fantasias na execução de projetos especiais: **GRUPO CULTURAL DIAMANTES, CIA DE DANÇA & TEATRO DIAMANTES e DESPORTIVO DIAMANTES.**

Artigo 2º - O **INSTITUTO DIAMANTES - (ID)**, com sede administrativa na Rua da Barroquinha, S/N, 43900-000, distrito de Paramirim, nº 22, no município de São Francisco do Conde BA, tem prazo de duração indeterminado e não distribuirá lucros, bonificações ou vantagem a dirigentes, associados ou mantenedores sob nenhuma forma.

Artigo 3º - O **INSTITUTO DIAMANTES - (ID)**, possui finalidades não econômicas e não lucrativas, não distribuindo entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores, eventuais excedentes operacionais e financeiros, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução de seu objetivo social e no desenvolvimento de suas próprias atividades.

Artigo 4º - O desenvolvimento de suas atividades e na aplicação e gestão de recursos e bens públicos, a associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, razoabilidade, ética e de eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, gênero, credo ou religião.



Parágrafo I - Para cumprir seu propósito, como entidade qualificada como **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, na forma da Lei, atuando por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos ou financeiros, ou através de prestação de serviços intermediários de apoio, consultoria técnica, capacitação, qualificação profissional e assessoramento a outras organizações e/ou órgãos do setor público ou privado que atuem nas áreas afins.

Parágrafo II - O **INSTITUTO DIAMANTES - (ID)**, poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações, depois de examinados e aprovados pela Diretoria Executiva, bem como firmar convênios nacionais ou internacionais com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.

Parágrafo III - Os recursos auferidos pela entidade serão aplicados integralmente no País e exclusivamente na manutenção de seus objetivos institucionais.

Artigo 5º - O **INSTITUTO DIAMANTES - (ID)**, não distribuirá entre seus associados, conselheiros e diretores, empregados, voluntários ou doadores eventuais, bens ou parcela de seu patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade, aplicando-os, integralmente na concessão da promoção de seus objetivos sociais.

Artigo 6º - O **INSTITUTO DIAMANTES - (ID)**, a fim de cumprir suas finalidades, se organizará em tantas unidades de prestação de serviço, neste ou em diversos municípios que compõe as unidades da federação, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo regimento interno, respeitada as disposições estatutárias.

Da Finalidade

Artigo 7º - O **INSTITUTO DIAMANTES - (ID)** tem por finalidades maiores promover, fomentar, articular, monitorar e avaliar as ações efetivas para contribuição da formação e desenvolvimento de vida social do ser humano, principalmente nas comunidades de baixa renda, utilizando de metodologia educacional interdisciplinar, através do esporte, da arte e da cultura, objetivando à inclusão dos indivíduos, ao respeito a diversidade, à construção coletiva, a educação integral e a elevação da autonomia, desenvolvendo a cultura esportiva com a finalidade de formar o cidadão crítico, criativo e protagonista, especialmente por via da ação direta com a infância, a juventude e as mulheres, entendidas como pontos de convergência e interação entre os setores; Primeiro Setor, Governo; Segundo Setor, Mercado (indústria, comércio, agricultura e serviços) e Terceiro Setor, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, para promoção do desenvolvimento sustentável, bem como:

- a) Promover a assistência social;
- b) Promover, difundir e preservar a cultura afro baiana e brasileira;
- c) Participar de manifestações populares e carnavalescas realizadas em Salvador ou em qualquer parte do planeta realizando **Produção Musical**;



- d) Estimular, apoiar manifestações e iniciativas culturais, com a realização de **Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares**, e através de parcerias;
- e) Desenvolver projetos e pesquisas com comunidades **Quilombolas e Aldeias Indígenas**;
- f) Desenvolver projetos direcionados para **Promoção de Eventos Esportivos**;
- g) Promover atividades assistenciais, realização de Oficinas, Cursos Profissionalizantes de caráter social, filantrópico, natureza educacional, na área da cultura, turismo, agricultura familiar, tecnologia, trabalho, esporte e de lazer para todos, assistindo sem distinção de idade ou classe social;
- h) Desenvolver e criar atividades artísticas e turísticas que promovam o desenvolvimento da educação ambiental e florestal prioritariamente em Unidade de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável e reciclagem de resíduo para a proteção do meio ambiente;
- i) Desenvolver atividades educacionais implantando biblioteca e Arquivos;
- j) Promover a educação gratuita e inclusão social a **Educação Infantil – Pré Escola e Ensino Fundamental / Educação Infantil – Creche**;
- k) Promover o desfile como Grupo Carnavalesco e outros blocos carnavalescos em parceria em Salvador, estados brasileiros e países;
- l) Estimular o espírito de solidariedade entre, crianças e adolescentes, dando-lhe proteção de acordo com o Estatuto da Criança e do Menor Adolescentes, garantindo aos mesmos, carinho, alimentações adequadas, assistência médica, segurança, recreação e lazer de modo a desenvolver a melhoria e condições de vida do indivíduo e da comunidade, incentivando o esporte e a cultura na forma de fortalecimento;
- m) Buscar parcerias para instalações e implantação de TVs e rádios comunitárias, projetos audiovisuais contribuindo para levar informações educacionais para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- n) Promover, coordenar, administrar, atividades educacionais, treinamento, capacitação, qualificação profissional aos cidadãos de baixa renda, através de fornecimento de **Gestão de Recursos humanos** para terceiros;
- o) Promover a preservação e desenvolvimento sustentável do meio ambiente, económico, social e combate à pobreza;
- p) Promover o Desenvolvimento da Agroecologia, Agricultura Familiar e Pesca;
- q) Estimular atividades relacionadas à Saúde, através de parcerias com instituições públicas e privadas das áreas de Saúde e Assistencial Social para promoção humana, para atendimento de Crianças, Jovens, Adolescentes, Adultos e Idosos e realização de palestras.
- r) Desenvolver em parceria com a iniciativa privada e o poder público, ações que demandem a construção, doação e administração de benefícios para a população na obtenção de lares para famílias;
- s) Formar o cidadão, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o indivíduo solidário, crítico, ético e participativo, socializando o saber sistematizando, historicamente acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pela educação adequando ao saber popular cultural e o saber da comunidade em que vivem e atuam;



12 MAI 2025

REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA
REGISTRO / AVERBAÇÃO
43679-8--

12 R.T.D - PJ
Shirlyane Mirelle de Souza Rodrigues
Substituta Designada

- t) Combater todo tipo de discriminação através de ações coletivas, manifestações que coibam atividades ilegais que atinjam **Cor, Sexo, Credo Religioso** dos indivíduos.
- u) Promover a ética, a paz, a cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Parágrafo I - Para execução de suas finalidades o **INSTITUTO DIAMANTES** poderá desenvolver as seguintes atividades:

- I. Assessorar no planejamento dos três setores descritos, realizando convênios, apoiando, propondo, planejando, podendo desenvolver e executar projetos sociais, ambientais, culturais, educacionais, habitacional e esportivos;
- II. Analisar e encaminhar projetos sócio culturais, ambientais, educacionais, habitacionais e esportivos para os três setores, inclusive estabelecendo concursos de projetos, no que, para tanto, poderá emitir parecer sobre a habilitação de proponentes e a viabilidade operacional e financeira das propostas;
- III. Assessorar possíveis instituições em sua estruturação física e operacional, fornecendo subsídios para a administração e gestão das mesmas;
- IV. Promover reuniões, cursos, capacitação e qualificação profissional, palestras, seminários, conferências e trabalhos de investigação científica, de caráter interdisciplinar, visando integrar as diversas especialidades e técnicas envolvidas nos assuntos pertinentes ao seu campo de atuação;
- V. Realizar fóruns objetivando a disseminação dos objetivos inseridos neste estatuto, valorizando e incentivando as propostas que fomentem as alianças intersetoriais;
- VI. Realizar pesquisas científicas e de interesse público, podendo, para tanto, criar condições operacionais e firmar contratos ou convênios com instituições dos três setores discriminados;
- VII. Organizar arquivo, biblioteca, banco de dados, videoteca ou outros sistemas de informação especializados nas áreas relacionadas ao seu campo de atuação;
- VIII. Editar publicações dedicadas aos temas relacionados ao seu campo de atuação;
- IX. Celebrar contratos, termos de parceria, convênios, acordos e quaisquer outras formas de obrigar ou manifestar vontade, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.
- X. Captar e gerenciar recursos financeiros destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações pertinentes à sua proposta de atuação e aos seus objetivos sociais;
- XI. Estimular a criação de espaços dedicados à construção e resgate da cidadania, cooperando com o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que surgem da Declaração do Milênio, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil;



- XII. Promover, difundir, produzir, incentivar o fomento de eventos e atividades ligada a cultura e arte, a preservação e a pesquisa histórica social, etnológica e econômica dos vários aspectos da cultura e de quaisquer outras manifestações da cultura afro-brasileira em nossa sociedade ou no exterior;
- XIII. Desenvolver e apoiar atividades de ressocialização e psicoeducativas, junto à infância, juventude, adultos, idosos e mulheres, que se encontrem em risco social;
- XIV. Aliar-se, para defesa de interesses comuns, às associações de classe estaduais e nacionais e outras entidades afins, incluindo a participação em outras associações, podendo, ainda, celebrar e assinar convênios, termos de parceria, protocolos, termos de cooperação, termos de ação conjunta, contratos e quaisquer outros instrumentos de contratação ou parceria com entidades públicas ou particulares de interesse da Associação, que se aproximem dos mesmos objetivos;
- XV. Estimular o desenvolvimento social para os Povos e Comunidades Tradicionais através de treinamentos, orientação, cursos, palestra, seminário, capacitação, qualificação, assistência técnica e administrativa, visando o aprimoramento profissional e melhorarias nas condições sociais, em especial: quilombola e indígenas;
- XVI. Estimular, apoiar, coordenar e executar atividades para melhoria da qualidade de vida, estimulando a cidadania e difundido o conhecimento, o ensino gratuito, a pesquisa e a capacitação profissional de jovens e adultos carentes, privilegiando os afrodescendentes, os idosos e as mulheres, permitindo sua inserção social no mercado de trabalho, promovendo assim o desenvolvimento sócio econômico e o combate à pobreza.
- XVII. Promover ação civil pública e outras iniciativas judiciais com a finalidade de defender bens e direitos sociais, coletivos ou difusos, especialmente os relativos ao meio ambiente e patrimônio cultural;
- XVIII. Realizar e promover intercâmbio com outras entidades nacional e internacional para a defesa comum do patrimônio ambiental e cultural e dos direitos dos povos, com especial ênfase na América Latina;
- XIX. Contratar mão-de-obra especializada ou em treinamento, para realização de trabalhos afins;
- XX. Atuar, criar, apoiar e estimular os costumes e as tradições de um povo, expressar nos seus saberes, fazeres, práticas e artes produzidas pela comunidade e pelos cultores tradicionais, tais como: samba de roda, congada, afoxé, capoeira, maracatu, cultura quilombola, artesanato, entre outras atividades culturais, criar e formar de grupos culturais;
- XXI. Fabricar artesanalmente, distribuir e vender produtos e materiais confeccionados pela própria entidade ou de terceiros;
- XXII. Experimentação não lucrativa de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- XXIII. Realizar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;



INSTITUTO DE ESPORTE E CULTURA
DIAMANTES DA BAHIA

12 MAI 2025

REG. CIVIL PESSOAS JURÍDICAS
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA
REGISTRO / AVERBAÇÃO

43679-8



- XXIV. Fornecer assessoria e consultoria para empreendimentos da economia solidaria do estado da Bahia.
- XXV. Fornecer assessoria e consultoria de serviços de apoio à gestão pública e aos serviços públicos nas áreas afins.
- XXVI. Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para terceiros;
- XXVII. Fornecer Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

Parágrafo II - A principal atuação do **INSTITUTO DIAMANTES** é a intermediação e o apoio a outras organizações com ou sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins das atividades descritas nos artigos 7º. E também no Parágrafo I, podendo, inclusive, promover a execução direta de projetos, programas ou planos de ação.

Capítulo II - Das Categorias Sociais

Artigo 8º - O **INSTITUTO DIAMANTES** será integrado por número ilimitado de associados, sem distinção de cor, credo religioso ou situação econômica e social, que manifestem o desejo do desenvolvimento de seus objetivos e colaborem em seus projetos respeitando os estatutos do ID.

Parágrafo I - Os associados classificar-se-ão nas seguintes categorias;

- a) Associado Fundador,
- b) Associado Efetivo;
- c) Associado Contribuinte;
- d) Associado Institucional;
- e) Associado Voluntário;
- f) Associado Benemérito;
- g) Associado Patrocinador.

Parágrafo II - É associado **fundador**, pessoa física presente na Assembleia Geral de constituição, ou que venha associar-se no prazo máximo de dez (10) dias corridos após a Assembleia Geral de constituição, que venha a pagar anuidades, com direito de voz. e voto.

Parágrafo III - É associado **efetivo**, todo associado contribuinte, que tenha participado das atividades do **INSTITUTO DIAMANTES**, por prazo não inferior a três (3) anos consecutivos, sem sanções administrativas, o qual será convidado a compor a categoria, a convite da Diretoria Executiva e aprovado em Assembleia Geral e que venha a pagar anuidades, com direito a voz e voto.

Parágrafo IV - É associado **contribuinte**, pessoa física ou jurídica, que venha a solicitar sua adesão após Assembleia Geral de constituição e que venha a pagar anuidades, com direito a voz.

Parágrafo V - É associado **institucional** todas as pessoas jurídicas e entidades do terceiro setor que venham a formar parcerias ou trabalhos em conjunto, com sede no município de Salvador ou em outros municípios do estado da Bahia, estando isento do pagamento de anuidades, com direito a voz, sem direito a voto.

Parágrafo VI - É associado **voluntário**, pessoa física que venha a compor os serviços voluntariados do IEC, no desenvolvimento de suas atividades, estando isento de pagamento das anuidades, com direito a voz, sem direito a voto.



Parágrafo VII - É associado **benemérito**, pessoa física ou jurídica que tenha prestado serviços relevantes para o ID, a juízo da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral, quer seja por atividade de voluntariado, ou através de doações e contribuições, estando isento de pagamento de anuidades, sem direito a voto.

Parágrafo VII - É associado **patrocinador**, pessoa jurídica que patrocina as atividades do **INSTITUTO DIAMANTES**, de forma constante ou periódica, e que venha a pagar anuidades, sem direito a voto.

Parágrafo VIII - Uma pessoa poderá participar de mais de uma categoria de associado simultaneamente.

Parágrafo IX - Todos os associados na forma de pessoas jurídicas, farão se representar através de pessoa física indicada pela mesma.

Parágrafo X - Não há limitação do número de associados participantes do **INSTITUTO DIAMANTES** e, seu ingresso ao Quadro Social será facultado a todos os simpatizantes do Desporto, da Educação, Cultura, Saúde, Bem-Estar Social, Desenvolvimento Humano, do trabalho voluntariado e da formação de uma Cidadania cônica, mediante o preenchimento de ficha de inscrição, onde constará a aquiescência da aceitação integral deste instrumento estatutário.

Parágrafo XI - A admissão de sócio contribuinte é de competência da Diretoria, atendidos os requisitos de idoneidade e moralidade do interessado, devendo a demissão ser homologada pela Assembleia Geral, na forma deste estatuto

Dos Associados - Direitos e Deveres dos Associados

Artigo 9º - São direitos dos associados, respeitando o **Artigo 8º** e seus parágrafos:

- a) Votar e ser votado;
- b) Participar das reuniões da Diretoria;
- c) Convocar, quando necessário, a Assembleia Extraordinária, juntamente com quórum mínimo de dez associados;
- d) Participar de todas as atividades e benefícios empreendidos pelo **INSTITUTO DIAMANTES**, observando seus critérios de acesso, hierarquia e funcionamento;
- e) Propor e apresentar alterações no presente Estatuto;
- f) Participar das Assembleias Geral e Extraordinária.

Artigo 10º - São deveres dos associados:

- a) Participar das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária;
- b) Zelar pelo nome, idoneidade e pelo patrimônio do Instituto;
- c) Respeitar e acatar as disposições do presente Estatuto, bem como as deliberações emanadas das Assembleias Geral e Extraordinária.

Parágrafo Único: O desligamento dos associados dos quadros da entidade, será efetuado a aqueles que o solicitem por escrito, ou a aqueles que transgredirem qualquer disposição deste Estatuto, ficando a Diretoria do **INSTITUTO DIAMANTES** incumbida do ato rescisórios.



Artigo 11º - A pena de exclusão do quadro social será aplicada pela Assembleia Geral, em virtude de representação da Diretoria, quando ocorrer a justa causa praticada pelo sócio.

Parágrafo Único: Para os fins deste artigo, considera-se justa causa quando o sócio:

- a) For condenado por sentença transitada e julgada, por ato que o desabone ou o torne inidôneo para pertencer ao quadro social do **INSTITUTO DIAMANTES**;
- b) Tiver sido punido com a pena de suspensão por período igual ou superior a 12 (doze) meses, consecutivos ou não;
- c) Agredir ou tentar agredir, moral ou fisicamente, os integrantes da Mesa Diretora da Assembleia Geral ou de quaisquer outros poderes constituídos do **INSTITUTO DIAMANTES**.
- d) Inadimplência em suas obrigações pecuniárias devidas ao **INSTITUTO DIAMANTES** por período igual ou superior a 6 (seis) meses.

Artigo 12º - O associado incurso em quaisquer das penas previstas neste Estatuto, terá assegurado o seu direito de defesa e pedido de reconsideração e, por fim, o recurso à Assembleia Geral, nos termos do regimento;

Parágrafo Único - Tanto o recurso como o pedido de reconsideração não terá efeito suspensivo, salvo se não forem julgados dentro dos prazos estabelecidos no regimento.

Capítulo III - Da Organização, Funcionamento e Competências

Seção I Da Organização

12 MAI 2025

Artigo 13º - O instituto será composto pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.



Artigo 14º - O exercício dos cargos da Diretoria Executiva poderá ser remunerado por seu trabalho. O exercício dos cargos do Conselho Fiscal não será remunerado, exceto quando os Conselheiros prestarem serviços técnicos específicos para ao **INSTITUTO DIAMANTES**, hipótese em que a remuneração corresponderá aos valores praticados pelo mercado na região correspondente à área de atuação.

Parágrafo I - É vedado exercício cumulativo de cargos da Diretoria, ressalvada a participação nas Assembleia e coordenação técnica, estabelecidos nos termos do regimento.



Artigo 15º - O INSTITUTO DIAMANTES adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes no sentido de coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios, vantagens ou favores pessoais em decorrência de participação nas atividades da respectiva pessoa jurídica.

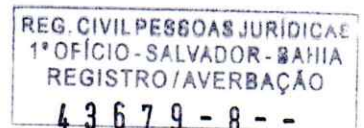
Seção II Da Assembleia Geral

Artigo 16º - A Assembleia Geral é o órgão supremo da entidade e, dentro dos limites legais e deste Estatuto, poderá tomar todas e quaisquer decisões de interesse do INSTITUTO DIAMANTES.

12 MAI 2025

Artigo 17º - A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada ano.
- b) Extraordinariamente, sempre que for convocada por um ou mais Conselhos, ou por 1/5 (um quinto) de seus associados.



Artigo 18º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária a destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, caso ocorram quaisquer fatos relevantes.

Parágrafo Único: Ocorrendo a destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Entidade, a Assembleia poderá designar diretores provisórios, até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 19º - O "quórum" para a instalação da Assembleia Geral, será a metade mais 1 (um) do número de associados, em primeira convocação e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Parágrafo Único: As decisões serão tomadas por maioria simples dos associados presentes.

Artigo 20º - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da diretoria, que também a presidirá.

Parágrafo Único: Ocorrendo motivos graves ou de urgência, a Assembleia Geral poderá também ser convocada, extraordinariamente, por 2/3 (dois terços) da diretoria ou, ainda, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Artigo 21º - A Assembleia Geral será convocada através de Edital, a ser fixado na sede da entidade, com o mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência à data de sua realização

Artigo 22º - Os membros comparecerão à Assembleia Geral pessoalmente, não sendo aceita procuração de qualquer natureza.

Seção III - Dos Diretores

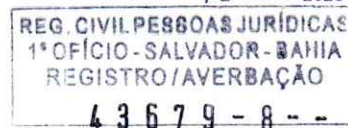
Artigo 23º - Os Diretores, eleito pela Assembleia Geral, é o órgão de gestão e administração superior da entidade, competindo-lhe adotar todas as providências necessárias e provê-la dos recursos e ações para seu pleno funcionamento para alcançar seus objetivos sociais descritos neste Estatuto

Artigo 24º - A diretoria será composta de 4 (quatro) membros:



- I. Diretor Presidente;
- II. Diretor Secretário;
- III. Diretor Financeiro;
- IV. Diretor de Esporte e Lazer.

12 MAI 2025



Artigo 25º - Compete a Diretoria, em especial:

- a) Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Entidade;
- b) Apreciar, analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos processos orçamentários, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;
- c) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- d) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- e) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados.
- f) Indicar o banco ou bancos nos quais deverão ser feitos os depósitos dos numerários disponíveis e fixar o limite que poderá ser mantido em caixa;
- g) Zelar pelo patrimônio da Entidade;
- h) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- i) Apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária o relatório das atividades e as contas referentes à sua gestão;
- j) Criar Comitê, Comissões, Coordenações, Núcleos de Trabalho com a finalidade de prestar assessoria, voltadas para os objetivos e finalidades da Entidade, acompanhando e orientando o desenvolvimento de suas atividades, nos municípios que compõe a federação, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo regimento interno, respeitada as disposições estatutárias.

Artigo 26º - A diretoria reunir-se-á mensalmente e suas decisões serão tomadas por maioria simples dos seus membros e suas deliberações, à luz da Lei e este Estatuto, serão transformadas em resoluções, com efeito, normativo sobre todos os componentes da estrutura administrativa, técnica e operacional da Entidade.

Parágrafo I - Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos presentes e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Parágrafo II - A diretoria será eleita para um período de 04 (quatro) anos (quadriênio).

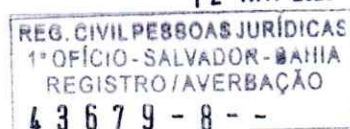
Artigo 27º - Compete ao Diretor Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias;
- b) Representar a Entidade ativa e passivamente e transgredir, em juízo e fora dele;
- c) Empossar a diretoria eleita;
- d) Convocar as Assembleias e as reuniões ordinárias e extraordinárias, presidindo estas e instalando aquelas;



- e) Assinar, cheques e/ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras isoladamente ou em conjunto com o Tesoureiro;
- f) Abrir e fechar os termos dos livros usados pela Entidade, e rubrica-los;
- g) Apresentar a Assembleia Geral Ordinária os relatórios e o balanço anual;
- h) Realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimo e outras obrigações pecuniárias;
- i) Assinar, com o Tesoureiro, quando necessário, convênios, acordos, contratos, correspondências e as propostas de novos associados para o quadro social, na qualidade de representante legal da entidade;
- j) Ordenar e fiscalizar as compras e aquisições da Entidade;
- k) Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno da Entidade;
- l) Nomear assessoria e coordenadoria.

12 MAI 2025



Artigo 28º - Compete ao Diretor Secretário:

- a) Substituir o Presidente em sua falta ou impedimento;
- b) Encarregar-se dos serviços de documentação e informação, mantendo atualizados as correspondências e os demais arquivos da Entidade;
- c) Lavrar as atas das Assembleias Gerais;
- d) Manter atualizado o livro de registro de patrimônio da entidade, nele lançado aquisições, recebimento de doações, doações efetuadas pela Entidade, alienações e baixas;
- e) Atualizar o registro dos membros;
- f) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas pelo regimento interno da Entidade.

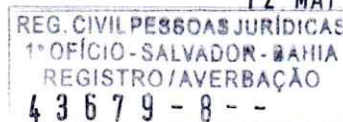
Artigo 29º - Compete ao Diretor Financeiro:

- a) Ter sob sua tutela os valores da Entidade, bem como papéis e documentações financeiras;
- b) Assinar, juntamente com o presidente, cheques e autorizações de despesas, além das cotas de participação dos membros;
- c) Receber subvenções e doações;
- d) Assinar, com o Presidente, quando necessário, convênios, acordos, contratos, termos aditivos, correspondências e as propostas de novos associados para o quadro social;
- e) Emitir recibos e dar quitações, conferir ou impugnar contas e cálculos da Entidade e a ela relativos;
- f) Proceder, ou mandar proceder, escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- g) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Entidade;
- h) Outras atribuições que venham ser estabelecidas pelo regimento interno da Entidade.
- i) Desenvolver e elaborar, em conjunto com o Presidente, planificação das ações estratégicas e a definição de diretrizes técnicas de atuação da Entidade;
- j) Realizar prospecção de projetos, identificando parcerias e fontes adicionais de recursos;



- k) Direcionar o desenvolvimento das atividades e projetos da Entidade, em conjunto com o Presidente;
- l) Reunir-se com instituições de direito público e privado para mútua colaboração e atividades de interesse comum;
- m) Propor e elaborar proposta, bem como apresentar projetos e ações que visem o cumprimento do objetivo social da Associação

12 MAI 2025



Artigo 30º - Compete ao Diretor de Esporte e Lazer:

- a) Representar o **INSTITUTO DIAMANTES**, ativa ou passivamente, em conjunto com o Diretor Presidente ou quem o substituir;
- b) Promover o convívio, a integração e o bom entendimento entre os associados e dirigentes, estimulando atividades, eventos de caráter esportivo, lazer e recreação;
- c) Fazer cumprir as normas regulamentadoras das atividades esportivas, visando zelar pela ética e disciplina do **INSTITUTO DIAMANTES**;
- d) Ter sob sua tutela todos os materiais e equipamentos esportivos;
- e) Desenvolver juntamente com o esporte a vinculação com a saúde humana, educacional e social;
- f) Sugerir, idealizar, planejar, dirigir e orientar a prática de diferentes modalidades esportivas;
- g) Elaborar calendário de atividades eventos e competições esportivas.

Artigo 31º - O exercício dos cargos da Diretoria, exercidos mediante remuneração, terão os valores definidos pela Assembleia Geral Ordinária realizada a cada ano.

Do Conselho Fiscal

Artigo 32º - O Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização contábil e financeira do Instituto.

Parágrafo I - Os membros do Conselho Fiscal, em número de 03 (três), serão eleitos em Assembleia Geral e reunir-se-ão 1 (uma) vez por ano, na segunda quinzena do mês de fevereiro, para apreciar, analisarem e aprovarem as contas da Diretoria referentes ao exercício anterior, e extraordinariamente sempre que for necessário.

Parágrafo II - O mandato do Conselho Fiscal terá sua duração coincidindo com o mandato da Diretoria.

Parágrafo III - O exercício dos cargos de Conselheiros Fiscal será exercido gratuitamente, sendo vedada qualquer remuneração, bonificação ou vantagem, sob qualquer pretexto, e em caso de vacância do cargo de conselheiro será eleito seu substituto que exercerá o cargo até o fim do mandato previsto;

Artigo 33º - É garantido a 1/5 (um quinto) dos associados promoverem a convocação do Conselho Fiscal.

Artigo 34º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Apreciar e analisar os livros de escrituração do Instituto;



- II. Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro, contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas com a finalidade de subsidiar as atividades dos organismos superiores da Entidade;
- III. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- IV. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;
- V. Fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- VI. Zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na prestação de contas e atos correlatos da Entidade.

Artigo 35º - A prestação de contas do Instituto observará no mínimo.

- I. A obediência aos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileira de Contabilidade;
- II. Publicidade, por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras do Instituto, Incluindo-se as certidões negativas de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, colocando-as à disposição, para exame de qualquer cidadão;
- III. Realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. Prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas pela OSCIP, conforme determinam o art. 89 e seguintes da Constituição do Estado.

Capítulo IV - Do Patrimônio e do Orçamento da Entidade

Seção I - Do Patrimônio

12 MAI 2025

Artigo 36º - Constitui o patrimônio do Instituto:

- a) Os bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir;
- b) As doações, legados, subvenções ou donativos recebidos;
- c) Os títulos e saldos de sua arrecadação;
- d) Tudo que estiver registrado em seu nome.



Seção II - Do Orçamento

Artigo 37º - Constituem o orçamento do Instituto:

I - Receita: a soma

- a) Das taxas e comissões resultantes da prestação de serviços;
- b) Da renda de bens da entidade, por aluguéis, serviços internos e arrecadações em campanhas, reuniões, festas e outras promoções;

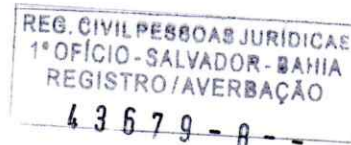


- c) Dos rateios ou subscrições que tornem necessário para fazer face às despesas extraordinárias ou imprevistas;
- d) Dos auxílios e subvenções dos recebidos do poder público de entidades de caráter privado, ONG's, nacionais e internacionais;
- e) Dos donativos de qualquer espécie;
- f) Da renda de serviços prestados a terceiros;
- g) De outras receitas que vier a auferir;

II - Despesa: a soma

- a) Do pagamento de salários, tributos e encargos sociais;
- b) Dos valores devidos aos seus empregados;
- c) Do custeio de reuniões, festas e outras promoções;
- d) Da aquisição de materiais para o desenvolvimento de suas atividades;
- e) Do custeio da conservação de seus bens;
- f) Dos gastos com serviços internos;
- g) Da aquisição de bens materiais, móveis, imóveis e equipamentos;
- h) Da contratação de pessoal indispensável à sua organização e funcionamento;
- i) Dos gastos eventuais, devidamente autorizados.

12 MAI 2025



Capítulo V - Das Eleições e da Dissolução

Seção I - Das Eleições

Artigo 38º - A eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, dar-se-á por votação secreta, e ocorrerá na segunda quinzena do mês de setembro, no último ano do mandato, sendo que a chapa eleita tomará posse no dia primeiro de janeiro do ano subsequente.

Artigo 39º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

Artigo 40º - Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal serão eleitos por um período de 04 (quatro) anos, sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva ou várias alternadas.

Seção II - Da Dissolução

Artigo 41º - A Entidade será dissolvida por vontade manifesta em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para este fim, uma vez provada a impossibilidade de se preencher os fins para os quais foi constituída.

Parágrafo I - No caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/1999, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, ou, na falta de pessoa jurídica com essas características, ao Estado.

Parágrafo II - Para a dissolução do Instituto observar-se-á, obrigatoriamente, o disposto no Art. 41º. Do presente estatuto.

Artigo 42º - Na hipótese da Entidade obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei Federal 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período



1º RTD - PJ
Shirlyane Mirelle de Souza Rodrigues
Substituta Designada

em que perdurou aquela qualificação bem como o excedente financeiro decorrente de suas atividades, serão contabilmente apurados e transferidos a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, ou, na falta de pessoa jurídica com essas características, ao Estado.

Capítulo VI - Das Disposições Finais

Artigo 43º - O exercício Fiscal e social findar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 44º - Na omissão deste Estatuto, deliberará a Diretoria, levando-se em conta a Lei maior e os superiores interesses da Entidade.

Artigo 45º - O Instituto apoiará o trabalho e o esforço de todas as entidades e organizações nacionais e internacionais defensoras dos direitos humanos e políticos dos cidadãos em geral e, lutará contra toda e qualquer forma de racismo, opressão, corrupção, constrangimento e discriminação.

Artigo 46º - Os comitês de Trabalho, componentes do Organograma e da estrutura operacional da Entidade, terão o seu funcionamento e suas atividades regulamentadas através de Regimento Interno específico, elaborado e aprovado por resolução da Diretoria.

Artigo 47º - A reforma do Estatuto poderá ser efetuada, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 48º - Este estatuto foi reformado e amplamente lido, discutido e aprovado na Assembleia Geral de Alteração de Endereço e Reforma do Estatuto, o qual foi transcrito integralmente, tornando-se peça jurídica principal da entidade, **(de acordo com o Código Civil – Lei n. 10.406, de 10.01.2002) e (LEI Nº 13.019, de 31 de julho de 2014.)**, revogando-se as disposições em contrário.

Salvador, 08 do mês de novembro de 2024

Jandira da Silva Nascimento
JANDIRA DA SILVA NASCIMENTO
Presidente dos trabalhos

Jocelio Costa Lima
JOCELIO COSTA LIMA
Secretário dos trabalhos

Claudionor Nonato Neto
CLAUDIONOR NONATO NETO
Advogado - (OAB 26.047/BA)

